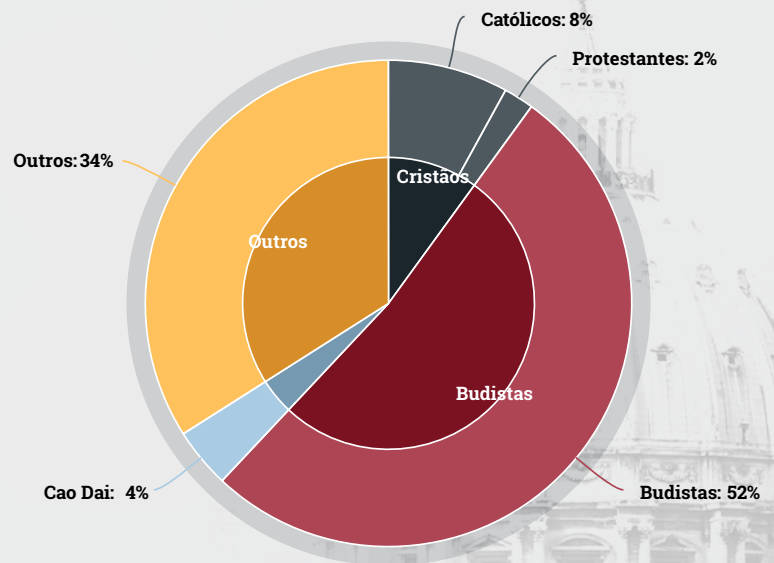


Vietnã



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

No seu 16º relatório sobre a liberdade religiosa no mundo, publicado em 2 de maio de 2016, o Departamento de Estado Norte-Americano fez mais uma vez uma recomendação ao Governo norte-americano para que colocasse o Vietnã na lista de “países de particular preocupação” em relação à liberdade religiosa. O Vietnã já tinha sido colocado nesta lista em 2004 e 2005. Foi depois retirado em 2006, pouco depois de o país ter sido admitido na Organização Mundial do Comércio World Trade Organisation (OMC). Que significado tem, então, para o Vietnã ser classificado juntamente com países como a Arábia Saudita, a Coreia do Norte e o Paquistão nesta “lista da vergonha”, ao mesmo tempo que o presidente norte-americano Barack Obama estava realizando uma visita de Estado ao Vietnã de 26 a 27 de maio de 2016?

Tal como acontece com todos os regimes comunistas, o Vietnã tem uma série de leis e regulamentos que, no papel, parecem respeitar os princípios básicos da liberdade religiosa. Contudo, a realidade da população é muito diferente. Há já algum tempo que o secretariado da Assembleia Nacional está preparando uma proposta de lei “sobre crenças e religião”. Se esperava que essa proposta fosse debatida a partir de setembro de 2016 pelos novos deputados escolhidos nas eleições de maio de 2016. No entanto, numa consulta em 2015, representantes de várias religiões expressaram a sua

desaprovação.^[1] A Conferência Episcopal Católica rejeitou a maior parte do documento.

O “relatório político” do 12º Congresso do Partido Comunista Vietnamita

É, por isso, interessante considerar o que está por detrás do pensamento dos líderes vietnamitas em relação à religião e à liberdade religiosa. No seu encontro de 20 a 28 de janeiro de 2016, realizado mesmo antes da festa de Tet (o Novo Ano lunar), o 12º Congresso do Partido Comunista Vietnamita adotou um “relatório político”. Este documento lança algumas luzes sobre o pensamento dos líderes mais antigos do país e do aparelho do partido. Um parágrafo curto é dedicado à política governamental sobre a religião: “(Vamos) continuar criando políticas e leis sobre crenças e religiões alinhadas com as posições do Partido, apoiar os valores morais e culturais das religiões; incentivar as organizações religiosas, os dignitários e seguidores a ‘terem uma boa vida social e uma boa vida religiosa’, contribuindo ativamente para a construção e a defesa nacionais. Vamos dar atenção e tornar possível que as organizações religiosas pratiquem as suas religiões de acordo com as cartas e regulamentos das respectivas organizações, tal como reconhecidas pelo Estado e de acordo com as leis. Ao mesmo tempo, vamos tomar iniciativas para prevenir e ser determinados no combate a atos de abuso de crenças e religiões que iludem e causam separação e danos ao grande bloco unitário nacional.”

[1] Eglises d’Asie, 8 de Maio de 2015, “Un projet de loi sur la religion est très mal accueilli par les évêques et le clergé catholiques du Vietnam” (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-sud-est/vietnam/2015-05-08-un-projet-de-loi-sur-la-religion-est-tres-mal-accueilli-par-les-vevques-et-le-clerge-catholiques-du-vietnam>).

Este resumo curto da abordagem do Partido à religião para os próximos cinco anos não contém nada de novo. Na primeira seção, confirma que o Partido Comunista Vietnamita abandonou a doutrina rigorosa do marxismo-leninismo em relação à religião. Desde 1990 que a religião já não é tratada como se estivesse destinada a perecer ou desaparecer. Pelo contrário, é vista como um elemento positivo da cultura tradicional. Apesar disso, também é vista como uma espada de dois gumes que, embora seja capaz de contribuir para a valorização da sociedade, também tem potencial para causar problemas e sabotar a unidade nacional. A seção sobre religião é breve. Sem dúvida, as autoridades não queriam antecipar os debates que serão realizados a partir de setembro de 2016 na Assembleia Nacional durante o voto da futura lei sobre crenças e religião.

O papel das religiões: “edificar e defender a pátria”

Encontramos um artigo mais detalhado sobre esta questão da religião publicado numa revista militar. Um artigo na edição de 27 de fevereiro de 2016 da Revista de Defesa Nacional avalia o papel das comunidades religiosas na vida nacional.^[2] O título do artigo é significativo: “As religiões no Vietnã e a sua missão: edificar e defender a pátria.”

O artigo começa avaliando a importância do mundo religioso vietnamita no contexto da estratégia política de defesa do país, com algumas alusões bastante transparentes à ameaça da China. Citam-se estatísticas que de fato não correspondem às estatísticas oficiais para as religiões em questão. De acordo com a Revista de Defesa Nacional, há 30 milhões de fiéis vietnamitas em uma população total de quase 90 milhões, ou seja, um terço da população. De acordo com estes números, o Budismo tem mais de 10 milhões de membros, o Catolicismo tem mais de 6 milhões, o Protestantismo tem 1 milhão, o Caodaísmo tem 3 milhões, o Budismo Hoa Hao tem 4 milhões, etc. Claramente, estas estatísticas são difíceis de verificar.

De acordo com o autor do artigo, o funcionamento suave deste conjunto díspar de comunidades religiosas e a sua integração na sociedade devem-se à boa gestão do Partido. O artigo enumera as várias resoluções e diretivas do Comitê Central em relação à religião a partir de 1990. As mais recentes diretivas são extratos do relatório político criado para o 12.º Congresso do Partido.

Na sua seção final, o artigo revê os vários serviços educativos, sociais e caritativos prestados à sociedade pelas organizações religiosas. Apresenta-se uma longa lista de instituições mantidas pelas comunidades religiosas. Por exemplo, no campo educativo, em outubro de 2014 havia 270 escolas primárias privadas e várias centenas de turmas infantis. Estas instituições privadas acolheram cerca de 125 mil crianças ou, em outras palavras, cerca de 3% das crianças destas idades.

[2] Quốc Phong Toàn Dân (Revista de Defesa Nacional), 25 de Fevereiro de 2016: “Các tôn giáo ở Việt Nam với sự nghiệp xây dựng và bảo vệ Tổ quốc” (<http://tapchiquoc.vn/vi/bao-ve-to-quooc/cac-ton-giao-o-viet-nam-voi-su-nghiep-xay-dung-va-bao-ve-to-quooc/8666.html>).

Ligações próximas entre as forças de segurança pública e o gabinete dos assuntos religiosos

Ao ler uma literatura oficial como esta, poderia se pensar que a situação das religiões era mais ou menos ideal. Contudo, a verdade é que as autoridades continuam exercendo uma vigilância estreita sobre a religião no Vietnã. Houve um caso recente muito significativo a este respeito. Na sequência do 12º Congresso do Partido, foram anunciadas várias nomeações e promoções. Em 10 de fevereiro de 2016, o primeiro-ministro promoveu o tenente General Pham Dung (de duas estrelas), atual diretor do gabinete dos assuntos religiosos do Governo, ao posto de secretário de Estado da Segurança Pública.^[3] O aparato policial do serviço de segurança pública confirma o papel importante que este desempenha na gestão da vida religiosa do país. A nomeação do general Pham Dung sublinha uma vez mais as ligações próximas entre o gabinete dos assuntos religiosos e as forças de segurança pública. E também indica o papel central desempenhado pelo gabinete dos assuntos religiosos, um órgão fundado em 1955. Na época, o objetivo do gabinete era exercer controle sobre as religiões em todo o país. Mais recentemente, e de certa maneira paradoxalmente, este gabinete assumiu ainda mais importância desde a década de noventa, quando as autoridades abandonaram a política marxista rigorosa para adotarem uma política de controle rigoroso da religião.

Algumas dificuldades práticas

Na prática, perante as intervenções por parte das autoridades estatais, que são ocasionalmente violentas, mas que ao mesmo tempo estão sujeitas a grandes variações em todo o país, podem considerar-se quatro categorias diferentes de dificuldades vividas pelas comunidades religiosas no Vietnã.^[4]

1) Indivíduos e organizações religiosas estão em grande risco se forem considerados pelas autoridades como uma ameaça ao Governo ou ao Partido Comunista. Como consequência, as organizações religiosas são frequentemente forçadas a renunciar à sua missão, caso queiram sobreviver no Vietnã. Isto significa abandonarem o seu apoio a tudo o que possa ser considerado contrário à linha política do Partido, por exemplo, tudo o que tenha a ver com democracia e direitos humanos. Os ativistas, incluindo católicos e protestantes, que defendam abertamente as liberdades básicas são suscetíveis de enfrentar a prisão.

Em 1980, a Conferência Episcopal Católica do Vietnã publicou uma carta pastoral afirmando que os bons católicos deveriam também ser bons cidadãos. Esta carta agradou aos representantes do Governo e abriu caminho a uma política estatal

[3] Eglises d'Asie, 12 de Fevereiro de 2016, “Le directeur du Bureau des Affaires religieuses est nommé secrétaire d'Etat à la Sécurité publique” (<http://eglisie.mepasie.org/asiae-du-sud-est/vietnam/2016-02-12-le-directeur-du-bureau-des-affaires-religieuses-est-nomme-secretaire-d2019etat-a-la-securite-publique>).

[4] Esta secção vai buscar conteúdos em grande parte ao artigo abaixo referido do Padre Thomas J. Reese, SJ, e Mary Ann Glendon, na revista semanal jesuíta America, 29 de Fevereiro de 2016, “Report from Vietnam: The Struggle between Government and Religion” (<http://americamagazine.org/issue/report-vietnam>).

menos restritiva. Da mesma forma, os líderes muçulmanos enfatizaram que a sua religião requer que os fiéis respeitem as leis do seu país, desde que não militem contra a sua crença em um Deus e não interfiram no seu dever de oração.

A Congregação Católica do Santo Redentor (Redentoristas) sofreu assédio policial por ter organizado encontros com disidentes dentro do seu convento. Os Redentoristas também estão envolvidos em um conflito de terras que foram confiscadas pelo Estado. Em 2015, foi nomeado um novo superior provincial para a congregação que assumiu uma postura menos conflituosa e espera-se que isso também vá aliviar o escrutínio estatal à congregação.

2) A determinação do Estado em manter a ordem pública a todo o custo tem precedência sobre a liberdade religiosa e sobre muitos outros tipos de liberdade. Esta atitude envolve inevitavelmente graves restrições à evangelização. A evangelização porta-a-porta ou a distribuição de panfletos na rua ou em parques públicos pode resultar em interferência policial. Os budistas e os membros do Caodaísmo que se recusam a aderir a organizações apoiadas pelo Estado enfrentam verdadeiros perigos.

Mas, acima de tudo, são os que se envolvem em evangelização entre as minorias étnicas do planalto central que enfrentam dificuldades inevitáveis. Para citar apenas um exemplo, na Diocese católica de Kontum, nas terras altas centrais do Vietnã, alguns membros de minorias étnicas que tinham se convertido recentemente ao Cristianismo construíram uma capela rudimentar feita de troncos de árvores e chapas onduladas. Mas não pediram autorização às autoridades civis e desde então as autoridades têm feito várias tentativas para mandar demolir a estrutura. Em 5 de outubro de 2015, o bispo local, Dom Michel Hoang Duc Oanh, escreveu uma carta aberta ao presidente do comitê popular de um dos distritos que constituem a área da sua diocese. Na carta escreve, entre outras coisas: "Quando as pessoas pedem autorização, ela não é concedida. As pessoas já não têm confiança nas palavras das autoridades."

Outros grupos, como por exemplo a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e os Muçulmanos, adaptam-se às restrições limitando as conversões aos que vêm pedir-lhes instrução dentro dos seus próprios locais de culto. Desta forma, evitam provocar uma reação por parte do Governo por se envolverem em forte proselitismo.

3) Devemos mencionar ainda a ampla latitude concedida às autoridades locais na interpretação e aplicação da política religiosa de acordo com os seus próprios interesses. Isto representa uma fonte de imprevisibilidade e inconsistência. Algumas comunidades religiosas têm a felicidade de realizar atividades religiosas em províncias onde as autoridades não apresentam qualquer antipatia particular para com a religião ou as minorias étnicas. Mas quase todos os grupos religiosos enfrentam mais problemas em algumas províncias do que em outras. Muitos indicam que a região do planalto central é uma das áreas mais problemáticas, pois parece que qualquer tipo de atividades entre as minorias étnicas levanta

preocupações entre as autoridades governamentais, o que frequentemente provoca graves repressões. Em muitos casos, estes grupos étnicos aspiram à independência e alguns deles estiveram do lado dos americanos contra os comunistas no passado.

Nestas províncias é difícil obter aprovação governamental para uma nova igreja ou para certas atividades religiosas. Algumas autoridades locais estão preocupadas com o fato de os líderes religiosos gozarem de maior autoridade entre as pessoas do que as próprias autoridades. Outras simplesmente têm uma atitude mais retrógrada, acreditando que é necessário ter mão pesada para melhor controlar as coisas. Esta atitude por vezes leva a atos de brutalidade policial que, em vez de aliviar os conflitos, apenas os exacerba. E é muito raro o Governo central intervir para proteger as comunidades religiosas contra os abusos cometidos pelas autoridades provinciais. As autoridades locais são raramente responsabilizadas pelas suas ações.

4) Dado que um espírito de confiança pode por vezes ser um fator decisivo para ultrapassar problemas com as autoridades locais, alguns líderes religiosos estão fazendo grandes esforços para estabelecer relações pessoais com os representantes governamentais. Um líder religioso explicou como é que, graças a um amigo na polícia, foi apresentado ao agente policial responsável pela religião na sua região. Mais tarde, convidou este homem para os serviços religiosos realizados na sua igreja, procurando assim estabelecer um clima de confiança, através da transparência e do diálogo. Quanto mais organizações hierárquicas como a Igreja Católica estiverem preparadas para este tipo de relacionamento, mais os líderes religiosos podem falar com as autoridades em nome do seu rebanho. A confiança e o entendimento de ambos os lados podem ajudar a afastar suspeitas e, em última análise, levar os responsáveis locais a mudarem a sua atitude. Contudo, infelizmente, isto é frequentemente um processo longo e que consome tempo.

INCIDENTES

Uma sociedade civil cada vez mais ativa para denunciar ataques à liberdade religiosa

Neste contexto difícil, é interessante mencionar que a informação sobre ataques à liberdade religiosa tem cada vez mais destaque no país. Há alguns anos, essa informação era retransmitida discretamente através da diáspora vietnamita no estrangeiro. Mas agora é visível que são os vietnamitas dentro do país que estão dando destaque a ataques à sua liberdade religiosa.

Este é certamente o caso da Associação de Defesa da Liberdade Religiosa, um grupo que surgiu no seio da sociedade civil vietnamita. Foi fundado inicialmente em círculos católicos no norte do Vietnã em 2014 e o seu objetivo, descrito nos estatutos do grupo, consiste em ajudar todos os cidadãos individuais a exercerem a sua liberdade religiosa e a

oporem-se a todos os que procuram restringi-la ou obstruí-la. Uma das principais atividades deste grupo é a produção de um relatório detalhado e exaustivo das infrações das autoridades contra a liberdade religiosa.

O relatório mais recente desta associação foi publicado em 5 de fevereiro de 2016.^[5] Começa por lembrar a situação particular da liberdade religiosa no Vietnã, um país que acolhe inúmeros grupos étnicos que praticam muitas religiões diferentes. Em 2013, foi adotada uma Constituição que obriga as autoridades e os cidadãos a respeitarem a liberdade religiosa e a liberdade de cada indivíduo a crer, ou não crer, numa religião. Ao reconhecer as convenções internacionais de direitos humanos e ao assinar novos acordos, os governantes comprometeram-se a respeitar os direitos humanos e a liberdade religiosa. Foi o caso, uma vez mais, em fevereiro de 2016, por ocasião da assinatura do Acordo de Parceria Transpacífico (TPP na sigla inglesa) por doze países na região do Pacífico, onde o Vietnã também se comprometeu a respeitar um certo número de direitos fundamentais.

O relatório apresenta então uma lista das principais infrações à liberdade religiosa que ocorreram no Vietnã em 2014 e 2015. Refere-se que, de acordo com as estatísticas religiosas compiladas e divulgadas por fontes governamentais na área da política religiosa, há catorze religiões no Vietnã, trinta e oito organizações religiosas, mais de 24 milhões de fiéis (numa população total de 90 milhões) e cerca de 78 mil “dignitários” (ou membros do clero) que oficiam em mais de 23.000 estabelecimentos religiosos. Em 2014, a Associação de Defesa da Liberdade Religiosa publicou quatro relatórios. O número de violações reportadas foi de onze no primeiro trimestre, quatorze no segundo, quatorze no terceiro e onze no quarto. Em 2015, as autoridades civis vietnamitas cometeram cinquenta violações à liberdade religiosa. A maior parte das vítimas eram protestantes, em particular as que trabalham entre minorias étnicas e comunidades mais pequenas a quem não foi dada autorização para realizar atividades religiosas. As autoridades impediram os fiéis de participarem no culto religioso, os ameaçaram e não os autorizaram a reunir-se.

As ameaças de apropriação de bens pertencentes aos grupos religiosos e a recuperação de propriedades confiscadas pelas autoridades continuam entre as questões mais contenciosas para as comunidades religiosas. Em 2015, as congregações religiosas católicas enfrentaram constrangimentos, ameaças abertas e viram as suas propriedades serem apreendidas e confiscadas. Por exemplo, os Redentoristas perderam a posse do seu mosteiro de Thai Ha, em Hanói. Os Monges Beneditinos perderam o terreno pertencente ao seu mosteiro de Thiên An, perto de Huế.^[6] A Congregação dos Amantes da Cruz de

Thu Thiêm, em Saigon, viram os edifícios da sua escola serem requisitados.^[7] Os Budistas foram também vítimas de espoliações semelhantes, especificamente do pagode de Liên Tri.

Na conclusão, o relatório da Associação de Defesa da Liberdade Religiosa detalha a proposta de lei da religião, que, como foi visto, foi unanimemente rejeitada pelas comunidades religiosas do país. O relatório refere que trinta e cinco organizações da sociedade civil assinaram uma declaração conjunta pedindo ao Governo vietnamita que altere a proposta de lei para a tornar conforme aos acordos internacionais de direitos humanos. A carta conjunta também apela para que as comunidades religiosas independentes sejam consultadas, bem como especialistas internacionais, incluindo o relator especial da ONU para a liberdade religiosa.

Outras associações no Vietnã juntaram-se também a eles na denúncia de ataques à liberdade religiosa. Foi o caso da associação Federação das Religiões, que foi fundada há vários anos de forma independente das várias hierarquias religiosas. Esta associação inclui membros do clero e de outros representantes de várias religiões, incluindo o Catolicismo, o Protestantismo, o Caodaísmo, o Budismo Hoa Hao original e o Budismo Unificado. Em várias ocasiões desde a sua fundação, o grupo publicou textos online denunciando a atitude das autoridades governamentais com as religiões.

Em 9 de janeiro de 2016, uma carta assinada por vinte e três pastores protestantes, sacerdotes católicos, religiosos e outros dignitários das religiões acima referidas relatava várias violações graves da liberdade religiosa cometidas pela polícia no início de 2016. Foram relatados três incidentes específicos e a associação apelou às autoridades para que impedisse imediatamente essas ações.^[8]

O primeiro destes desenvolvimentos foi a proibição dos seguidores do Budismo Hoa Hao original, impedindo-os de celebrarem o 96.º aniversário do nascimento do seu fundador, o Venerável Huynh Phu So, que nasceu em 1919 na aldeia de Hoa Hao, na província de Châu Đốc. A cerimônia principal deveria ter decorrido a 1º de janeiro na comunidade de Long Giang, na província de An Giang, mas a polícia bloqueou todas as estradas que levavam até o templo e também a rede de canais através dos quais as pessoas poderiam ter acesso ao templo. Nas três províncias de Vinh Long, An Giang e Đồng Tháp, a polícia local disse aos vários líderes e seguidores do movimento que eles estavam proibidos de organizar ou participar em quaisquer celebrações de aniversário. A polícia também insultou e maltratou vários idosos. Todos os anos, a polícia repete a mesma proibição nas celebrações do aniversário do fundador do Budismo Hoa Hao.

[5] Tin Mung Cho Ngoui Ngheo, 5 de Fevereiro de 2016, “Báo cáo tổng kết về tình hình Tự do Tôn giáo ở VN năm 2015” (<http://www.tinmungchonguoinheo.com/blog/2016/02/05/bao-cao-tong-ket-ve-tinh-hinh-tu-do-ton-giao-o-vn-nam-2015>).

[6] Eglises d’Asie, 23 de Fevereiro de 2015, “Huê: incertitude sur l’avenir d’un monastère bénédictin menacé par l’extension d’un parc touristique” (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud-est/vietnam/2015-02-23-hue-incertitude-sur-l2019avenir-d2019un-monastere-benedictin-menace-par-l2019extension-d2019un-parc-touristique>).

[7] Eglises d’Asie, 6 de Novembro de 2015, “Les Amantes de la Croix persistent dans leur résistance à l’expropriation et portent plainte” (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud-est/vietnam/2015-11-06-les-amantes-de-la-croix-persistent-dans-leur-resistance-a-l2019expropriation-et-portent-plainte>).

[8] Eglises d’Asie, 14 de Janeiro de 2016, “Un début d’année marqué par de graves atteintes à la liberté religieuse” (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud-est/vietnam/2016-01-14-un-debut-d2019annee-marque-par-de-graves-atteintes-a-la-liberte-religieuse>).

Em 2 de janeiro de 2016, os Monges Beneditinos católicos do mosteiro de Thiên An, perto de Huê, foram atacados num incidente organizado pelas autoridades locais. Um grupo de 200 pessoas, constituído por agentes de segurança pública, milícias locais e membros da seção local da Federação das Mulheres de uma comunidade local, invadiram as instalações do mosteiro. Chegaram até a um laranjal. Aí, retiraram alguns pinheiros que tinham sido recentemente cortados pelos monges para dar oportunidade às laranjeiras de crescerem. Quando os monges protestaram, os atacantes gritaram abusos verbais violentos, atiraram-lhes pedras e arrancaram-lhes a máquina fotográfica usada para fotografar as suas atividades. Os intrusos permaneceram ali até o cair da noite. Este foi o mais recente numa série de invasões de propriedade pela polícia a esta propriedade desde o ano 2000. As autoridades locais fizeram repetidas tentativas para tomar as instalações do mosteiro. Uma parte substancial da propriedade já foi apreendida e transformada em centro de lazer.

O terceiro ataque à liberdade religiosa registrado pela Federação das Religiões ocorreu na Diocese católica de Vinh, na província de Nghê Na, em 31 de dezembro de 2015. O pároco local, Padre Dang Huu Nam, estava voltando de carro de uma consulta médica quando foi mandado parar por cerca de vinte desordeiros que o espancaram brutalmente. O incidente ocorreu em frente ao chefe de polícia local, que estava à beira da estrada. Ele não fez qualquer tentativa para intervir. O sacerdote é conhecido pelo seu apoio público a causas específicas. Por exemplo, protestou contra a tomada de bens da Igreja. Quando quatorze jovens católicos foram detidos em 2011 na sua diocese,^[9] exigiu imediatamente a sua libertação. Recebeu ameaças de morte por telefone.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Se o Governo não puser fim aos atos de violência e maus tratos contra as organizações religiosas independentes, tanto registradas como não registradas, ninguém pode pretender que este país alcance os padrões de liberdade religiosa esperados de um país no âmbito da lei internacional.

[9] Eglises d'Asie, 25 de Fevereiro de 2012, "Les étudiants catholiques de Vinh condamnés" (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-sud-est/vietnam/2012-05-25-les-etudiants-catholiques-de-vinh-condamnes>).